XXXIII Congresso Brasileiro de Custos
17, 18 e 19 de novembro de 2026
- Porto de Galinhas / PE -

Análise da viabilidade econômico-financeira da produção de soja e milho na região do Vale do Ivinhema

Valdira Claudia Cardoso Rodrigues (UFMS) - valdira.c.rodrigues@hotmail.com

Silvana Dalmutt Kruger (UFMS) - silvana.d@ufms.br

Vítor Cardoso Silveira (UFMS) - vitor.silveira@ufms.br

Antonio Zanin (UFMS) - zanin.antonio@ufms.br

Resumo:

O presente estudo teve como objetivo analisar a viabilidade econômico-financeira da produção de soja e milho. Trata-se de uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa e quantitativa, caracterizada como estudo de caso único, realizada em uma propriedade rural localizada no município de Nova Andradina, Mato Grosso do Sul. A coleta de dados ocorreu por entrevista com o gestor da propriedade, contemplando informações sobre a produção de soja e milho, custos, receitas, depreciação dos ativos imobilizados e indicadores de desempenho econômico-financeiro. Os dados foram organizados e analisados com base em instrumentos da contabilidade rural e da análise de investimentos, como a Demonstração do Resultado do Exercício, o Valor Presente Líquido, a Taxa Interna de Retorno e o payback. Os resultados indicaram que a cultura da soja apresentou maior eficiência econômica e financeira, com resultado líquido positivo e elevada rentabilidade margem líquida de 47,19%, em contrapartida, a cultura do milho apresentou prejuízo contábil, influenciado pelos elevados custos de produção e pela depreciação dos ativos, resultando em margem líquida negativa de 6,27%. Com base nos dados de 2025 a análise de fluxo de caixa demonstrou que o payback descontado da soja ocorre em 8 anos e do milho é superior a 30 anos. De forma geral, os resultados evidenciam a importância da contabilidade rural como instrumento essencial para o controle patrimonial, a apuração de custos, a avaliação de resultados e o suporte à tomada de decisão, contribuindo para a redução de riscos e na gestão das atividades rurais.

Palavras-chave: *Contabilidade Rural. Gestão de Custos. Produção Rural.*

Área temática: *Custos aplicados ao setor privado e terceiro setor*

Análise da viabilidade econômico-financeira da produção de soja e milho na região do Vale do Ivinhema

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo analisar a viabilidade econômico-financeira da produção de soja e milho. Trata-se de uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa e quantitativa, caracterizada como estudo de caso único, realizada em uma propriedade rural localizada no município de Nova Andradina, Mato Grosso do Sul. A coleta de dados ocorreu por entrevista com o gestor da propriedade, contemplando informações sobre a produção de soja e milho, custos, receitas, depreciação dos ativos imobilizados e indicadores de desempenho econômico-financeiro. Os dados foram organizados e analisados com base em instrumentos da contabilidade rural e da análise de investimentos, como a Demonstração do Resultado do Exercício, o Valor Presente Líquido, a Taxa Interna de Retorno e o *payback*. Os resultados indicaram que a cultura da soja apresentou maior eficiência econômica e financeira, com resultado líquido positivo e elevada rentabilidade margem líquida de 47,19%, em contrapartida, a cultura do milho apresentou prejuízo contábil, influenciado pelos elevados custos de produção e pela depreciação dos ativos, resultando em margem líquida negativa de 6,27%. Com base nos dados de 2025 a análise de fluxo de caixa demonstrou que o *payback* descontado da soja ocorre em 8 anos e do milho é superior a 30 anos. De forma geral, os resultados evidenciam a importância da contabilidade rural como instrumento essencial para o controle patrimonial, a apuração de custos, a avaliação de resultados e o suporte à tomada de decisão, contribuindo para a redução de riscos e na gestão das atividades rurais.

Palavras-chave: Contabilidade Rural. Gestão de Custos. Produção Rural.

Área Temática: Custos aplicados ao setor privado e ao terceiro setor.

1 INTRODUÇÃO

O agronegócio brasileiro exerce papel fundamental no desenvolvimento econômico do país, destacando-se pela elevada participação na produção de alimentos, geração de empregos e contribuição para o comércio exterior (Romansin et al., 2022). De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2025), o setor agropecuário tem apresentado crescimento significativo nos últimos anos, impulsionado principalmente pelo aumento da produtividade, pela ampliação das áreas cultivadas e pela incorporação de tecnologias no processo produtivo.

Conforme informações do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA, 2025), o agronegócio brasileiro possui elevada relevância econômica, sendo responsável por parcela significativa das exportações nacionais. Em 2025, o setor registrou exportações superiores a US$ 155 bilhões, representando aproximadamente 49% das exportações totais do país, com destaque para produtos como soja, milho, carnes, café e açúcar. O complexo soja respondeu por cerca de US$ 52,9 bilhões das exportações do agronegócio, enquanto o setor de carnes movimentou aproximadamente US$ 31,8 bilhões no mesmo período. Esses dados evidenciam a

competitividade do agronegócio brasileiro no mercado internacional e reforçam sua importância para a geração de renda, fortalecimento da balança comercial e desenvolvimento da economia nacional.

Além disso, o crescimento da produção agrícola está relacionado tanto à expansão da área plantada quanto ao avanço tecnológico no campo, fatores que têm contribuído para o aumento da produtividade e para a consolidação do Brasil como um dos principais produtores e exportadores de alimentos do mundo (IBGE, 2025; MAPA, 2025). Segundo Silva et al*.* (2024) o agronegócio brasileiro possui grande relevância econômica, especialmente na produção de grãos como soja e milho, frequentemente cultivados em sistema de sucessão agrícola. Nesse contexto, a análise da viabilidade econômica auxilia os produtores na tomada de decisão ao avaliar custos, receitas e rentabilidade das atividades agrícolas.

O agronegócio possui papel fundamental na economia de Mato Grosso do Sul, destacando-se na produção de grãos e na pecuária, com forte contribuição para a geração de renda, empregos e exportações (IBGE, 2025). O estado apresenta elevada participação na produção de soja, milho e sorgo, impulsionada pela adoção de tecnologias, melhorias genéticas e modernização dos sistemas produtivos (MAPA, 2025). Além disso, destaca-se na bovinocultura de corte como um dos principais produtores do país (IBGE, 2025; MAPA, 2025).

A área produtiva sul-mato-grossense passou de 6,5 milhões para 6,6 milhões de hectares, acompanhada pelo crescimento da produtividade média, que evoluiu de 3.263 kg/ha para 4.183 kg/ha. Entre as principais culturas, destaca-se a soja, com produção estimada em 14,2 milhões de toneladas, seguida pelo milho, que apresentou aumento significativo, atingindo 12,49 milhões de toneladas. Outras culturas, como sorgo, algodão e arroz, também contribuíram para o desempenho positivo do setor (CONAB, 2025). Em nível nacional, o crescimento da produção agrícola está associado tanto à ampliação da área cultivada quanto às condições climáticas favoráveis, especialmente na região Centro-Oeste, resultando em recuperação da produtividade média das lavouras (CONAB, 2025).

A contabilidade rural e a análise de investimentos são ferramentas essenciais para a gestão dos negócios agropecuários, pois permitem o controle dos custos, a avaliação dos resultados e o planejamento financeiro das atividades rurais, contribuindo para decisões mais seguras e eficientes (Rodniski et al*.,* 2014). Além disso, a utilização das informações contábeis favorece o acompanhamento do desempenho econômico e a melhoria da gestão das propriedades rurais (Kruger et al*.,* 2017). Nesse contexto, a análise gerencial baseada em dados contábeis auxilia na avaliação da viabilidade econômica e na redução dos riscos decorrentes das oscilações do setor agropecuário (Santos et al*.,* 2025).

Segundo Rodniski et al. (2014), a contabilidade rural exerce papel essencial na gestão dos negócios agropecuários, pois permite o registro, controle e análise das informações econômicas e patrimoniais das atividades rurais. Nesse contexto, as informações contábeis auxiliam no planejamento, controle e avaliação do desempenho econômico-financeiro, contribuindo para a tomada de decisões estratégicas e para a análise da rentabilidade e viabilidade dos investimentos realizados na propriedade rural (Kruger et al., 2017).

Dessa forma, a integração entre contabilidade rural e análise de investimentos possibilita ao produtor rural reduzir riscos, melhorar o controle financeiro e direcionar recursos para atividades economicamente viáveis, fortalecendo a sustentabilidade e a competitividade dos negócios rurais (Rodniski et al., 2014; Kruger et al., 2017).

A contabilidade rural destaca-se por disponibilizar ferramentas que permitem o acompanhamento dos resultados e a análise da viabilidade econômica das atividades rurais. Entre os principais instrumentos utilizados estão a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), o fluxo de caixa, Valor Presente Líquido (VPL) e da Taxa Interna de Retorno (TIR) e o payback, os quais possibilitam a simulação de cenários e auxiliam no planejamento financeiro (Faro, 2017; Assaf Neto, 2021). Estudos anteriores como os de Alves et al. (2025), Santos et al. (2025), Pedroso et al. (2023), Silva et al. (2024) e Brandão et al. (2025) evidenciam a importância das informações contábeis e da análise econômica para a gestão eficiente das atividades rurais, bem como enfatizam o papel da contabilidade gerencial e financeira no planejamento e na tomada de decisão das propriedades rurais.

Diante desse contexto, apresenta-se como problema de pesquisa: de que forma a análise da viabilidade econômico-financeira pode subsidiar as decisões do produtor (a) rural (a)de soja e milho? Assim, o objetivo analisar a viabilidade econômico-financeira da produção de soja e milho por meio do sistema de rotação de culturas.

A presente pesquisa justifica-se pela relevância da análise econômico-financeira como ferramenta de apoio à gestão rural, permitindo ao produtor avaliar a viabilidade dos investimentos e reduzir riscos nas tomadas de decisão (Santos et al., 2025). Além disso, o estudo contribui academicamente ao ampliar as discussões sobre a utilização da contabilidade rural como instrumento de planejamento, controle e gestão das atividades agropecuárias. A temática também se destaca pela importância econômica e social do agronegócio para o desenvolvimento regional e nacional (IBGE, 2025; MAPA, 2025).

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Contabilidade rural

A contabilidade rural é um ramo da contabilidade voltado ao registro, controle e análise das atividades das entidades rurais, tendo como finalidade fornecer informações econômicas, financeiras e patrimoniais que auxiliem na gestão e na tomada de decisão (Kruger, 2019; Crepaldi, 2020; Marion, 2020).

Por meio dos relatórios contábeis, o produtor rural pode realizar planejamento financeiro, controle de custos, avaliar resultados e identificar a rentabilidade das atividades desenvolvidas (Faria; Montovani; Marques, 2010). A contabilidade rural é um ramo da contabilidade voltado ao registro, controle e análise do patrimônio das entidades rurais, fornecendo informações econômicas, financeiras e patrimoniais que auxiliam no planejamento, controle de custos e avaliação de resultados das atividades agropecuárias (Kruger, 2019; Crepaldi, 2020; Marion, 2020).

No Brasil, a atividade rural pode ser exercida por pessoa física ou jurídica, sendo predominante a exploração na forma de pessoa física, principalmente em razão da menor carga tributária (Marion, 2020). Pequenos e médios produtores geralmente estão dispensados da escrituração contábil regular, enquanto produtores de maior porte são equiparados às pessoas jurídicas, tornando obrigatória a escrituração contábil e a contratação de profissional habilitado (Crepaldi, 2020).

Embora não seja obrigatória para grande parte dos estabelecimentos rurais, a contabilidade rural configura-se como instrumento essencial de apoio ao processo decisório, ao possibilitar o controle das operações, o planejamento orçamentário, a avaliação do desempenho econômico e a racionalização de custos (Marion, 2020; Rodniski et al., 2014). A contabilidade rural permanece como um dos ramos da ciência

contábil com maior potencial de expansão no contexto brasileiro, sobretudo em razão da insuficiência de profissionais devidamente qualificados para atender às demandas específicas do setor rural (Kruger et al., 2017). Nesse sentido, sistemas de custos e informações contábeis qualificadas contribuem para a geração de dados confiáveis, fundamentais para o planejamento e o controle gerencial das atividades produtivas, favorecendo a eficiência econômica e a avaliação do desempenho organizacional (Rodniski et al., 2014).

Conforme Kruger et al. (2015; 2017), a utilização eficiente das informações contábeis pelos gestores rurais contribui para a tomada de decisões estratégicas, melhoria dos resultados econômicos, aumento da lucratividade e sustentabilidade das atividades rurais, especialmente diante das inovações tecnológicas e das exigências do mercado por maior eficiência produtiva.

A contabilidade rural possibilita o controle da movimentação financeira do empreendimento, subsidiando a elaboração de relatórios gerenciais, o planejamento orçamentário e a adequada alocação de recursos, além de atender às exigências fiscais, como o Livro Caixa Digital do Produtor Rural (Santos et al., 2025), permitindo o controle das operações, a projeção do fluxo de caixa, a gestão de estoques e a análise da rentabilidade (Souza; Lima, 2022).Segundo Kruger et al. (2017), o avanço das inovações tecnológicas e as crescentes exigências do mercado por produtos de maior qualidade e menor custo tornam indispensável que os gestores rurais adotem estratégias voltadas à otimização dos processos produtivos, redução de despesas e melhoria da qualidade dos bens e serviços ofertados.

De forma geral, a contabilidade rural exerce papel fundamental na gestão das atividades rurais, sobretudo diante das variações econômicas e fatores externos que afetam o desempenho financeiro das propriedades rurais, contribuindo para maior controle das operações e para decisões estratégicas no agronegócio (Santos et al., 2025). Os métodos de controle gerencial permitem o planejamento, monitoramento e avaliação contínua das operações rurais, proporcionando informações relevantes sobre custos, receitas e resultados financeiros (Alves et al., 2025).

2.2 Viabilidade econômico-financeira das atividades rurais

A viabilidade econômico-financeira para a análise de investimentos do agronegócio constitui elemento essencial para a otimização dos resultados dos empreendimentos rurais (Santos et al., 2025). Em um contexto de contínuas transformações socioeconômicas e tecnológicas, os produtores rurais enfrentam desafios crescentes para garantir a eficiência e a sustentabilidade de suas atividades. Nesse cenário, a alocação eficiente dos recursos disponíveis torna-se fundamental para o aumento da produtividade agrícola e a obtenção de melhores resultados econômicos (Araújo, 2021).

O estudo de viabilidade econômica e financeira tem como objetivo avaliar a atratividade de investimentos em um empreendimento, verificando se o projeto é ou não viável. Com base nos resultados, os investidores podem decidir pela aplicação dos recursos no negócio ou optar por alternativas mais vantajosas, como investimentos financeiros em outros setores (Romansin et al., 2022). Conforme Santos et al. (2025), o estudo de viabilidade desempenha papel central na decisão de investir, pois não se limita à seleção de oportunidades promissoras, mas também contribui para a mitigação de investimentos economicamente inviáveis, influenciando diretamente a trajetória do empreendimento.

As análises econômico-financeira e de viabilidade econômica configuram-se como instrumentos relevantes para a redução de riscos em projetos, uma vez que avaliam o custo do capital e do investimento ao longo do tempo, considerando diferentes alternativas de avaliação, cuja precisão depende da qualidade das informações utilizadas (Faro, 2017; Assaf Neto, 2021). A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) é fundamental para avaliar o desempenho econômico da empresa, ao evidenciar lucro ou prejuízo em determinado período, conforme o regime de competência, que reconhece receitas e despesas independentemente de seu pagamento ou recebimento (Romansin et al., 2022).

Segundo Thuller e Martins (2025) a avaliação da viabilidade econômica, por meio dos métodos do Valor Presente Líquido (VPL) e da Taxa Interna de Retorno (TIR), fundamenta-se em três componentes essenciais: o horizonte temporal de planejamento, o fluxo de caixa estimado do projeto e a taxa de desconto adotada. De acordo com Romansin et al. (2022), o Valor Presente Líquido (VPL) é amplamente empregado na tomada de decisões de investimento por considerar o valor do dinheiro no tempo. Ao incorporar os fluxos de caixa futuros trazidos a valor presente, o VPL permite avaliar a capacidade de geração de resultados do projeto e identificar as melhores alternativas de investimento (Fonseca, 2013).

O Quadro 1 apresenta uma síntese dos objetivos dos indicadores de análise econômico-financeira.

Indicadores	**Objetivos**	**Autores**
VPL	Consiste em atualizar os fluxos de caixa para o momento presente, aplicando-se uma taxa de desconto, e agregá-los a fim de determinar, em termos de valor presente, o montante de riqueza gerado pelo investimento. Possibilita a avaliação dos ganhos ou das necessidades de caixa de um projeto por meio da atualização dos fluxos de caixa à data inicial. Para que o investimento seja considerado economicamente viável, o VPL deve apresentar valor positivo.	Thuller; Martins (2025); Vignatti et al. (2025)
TIR	Utilizada na análise de investimentos como a taxa de juros que iguala o valor presente das entradas de caixa ao investimento inicial, resultando em VPL igual a zero. Corresponde à taxa de desconto que zera o VPL do projeto, ou seja, aquela que torna equivalentes os valores presentes das entradas e das saídas de caixa.	Thuller e Martins (2025); Vignatti et al. (2025)
TMA	Denominada taxa de desconto, foi estabelecida com base em parâmetros internos da empresa, considerando que os recursos destinados ao investimento seriam provenientes de financiamento bancário, e não de capital próprio. Esse parâmetro é definido pela gestão organizacional, cabendo a cada empresa determinar a taxa mínima de retorno aceitável ao investimento.	Faro (2017) ; Assaf Neto (2021);
Payback simples	O período de *payback* refere-se à identificação do tempo necessário para recuperar o investimento inicial por meio de fluxos de caixa incrementais líquidos gerados pelo investimento. Corresponde ao período necessário para a recuperação do capital inicialmente investido. Quanto menor o prazo de retorno, menor tende a ser o risco associado ao investimento.	Assaf Neto (2021); Vignatti et al. (2025)
Payback descontado	Incorpora uma taxa de desconto, geralmente a TMA, aos fluxos de caixa projetados. Considera a soma dos fluxos de caixa até a compensação do investimento inicial, considerando-se uma taxa de desconto.	Faro (2017); Assaf Neto (2021); Vignatti et al. (2025)

Quadro 1. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa

Fonte: Elaborado pelos autores.

O Fluxo de Caixa Descontado é o método mais utilizado na análise de investimentos, pois se baseia na projeção dos fluxos de caixa, na estimativa do valor residual e na definição da taxa de desconto. Essa abordagem permite avaliar a viabilidade e o potencial de retorno do investimento, considerando o investimento inicial e os fluxos de caixa líquidos gerados na fase operacional (Santos et al., 2025).

Na análise de fluxo de caixa, a correta identificação das entradas e saídas de recursos financeiros, bem como de seus respectivos períodos, possibilita a determinação da taxa de juros que iguala o valor presente das entradas ao das saídas (Assaf Neto, 2021). Apesar de sua simplicidade, o método do *payback* apresenta limitações, sendo que aprovação do projeto está condicionada à atratividade do período de recuperação do capital investido, uma vez que a ausência de ajuste pelo custo de oportunidade e pelo valor do dinheiro no tempo pode gerar distorções na apuração do *payback* (Frezatti, 2011; Faro, 2017). De acordo com Assaf Neto (2021), o *payback* simples é um procedimento amplamente empregado na avaliação de investimentos devido à sua facilidade de aplicação, sendo utilizado principalmente como medida de risco e liquidez; entretanto, apresenta como principal limitação a desconsideração do valor do dinheiro ao longo do tempo.

Em contrapartida, o *payback* descontado atenua essa fragilidade ao estimar o prazo de recuperação do capital investido com base nos fluxos de caixa atualizados, permitindo uma análise mais precisa da viabilidade econômica do empreendimento (Vignatti et al., 2025). A avaliação da atratividade de investimentos exige a análise do retorno esperado, sendo recorrente o uso de indicadores econômico-financeiros como o Valor Presente Líquido (VPL), o *payback* (simples ou descontado) e a Taxa Interna de Retorno (TIR), por permitirem a mensuração e a comparação dos resultados associados à aplicação de recursos (Vignatti et al., 2025). A TIR, por sua vez, corresponde à taxa de desconto que torna nulo o valor presente dos fluxos de caixa, sendo empregada como critério de aceitação de projetos quando superior à taxa mínima exigida, contribuindo na análise da rentabilidade (Vignatti et al*.,* 2025).

A viabilidade econômica das atividades rurais pode ser analisada por meio de indicadores como custo total, receita bruta, receita líquida e Taxa Interna de Retorno (TIR), fornecendo informações relevantes para a gestão agrícola (Kruger et al*.,* 2017). Os indicadores de análise econômico-financeira proporcionam a análise de informações gerenciais, por meio da identificação da lucratividade por atividade e do tempo de retorno do capital investido, subsidiando o processo de tomada de decisão no meio rural (Romansin et al*.,* 2022; Alves et al*.* 2025).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Metodologicamente a pesquisa é caracterizada como descritiva, realizada por meio de um estudo de caso. Conforme Creswell (2014), o estudo de caso é uma estratégia de investigação na qual o pesquisador explora em profundidade um programa, evento, atividade ou processo de um ou mais indivíduos. No contexto desta pesquisa, o ambiente de estudos é uma Fazenda localizada na região do Vale do Ivinhema, Mato Grosso do Sul (MS).

O estudo foi desenvolvido em uma Propriedade rural localizada na região do Vale do Ivinhema, no município de Nova Andradina – MS, denominada neste estudo como “Fazenda dos Ypês”, nome fictício adotado com a finalidade de preservar a identidade e a confidencialidade da propriedade analisada. O imóvel rural possui área total de 2.833,53 hectares, contendo reserva legal correspondente a 20% da área

total, conforme a legislação ambiental vigente. A análise da produção se refere à área de 348 hectares onde são plantadas as culturas de soja e milho.

A propriedade desenvolve atividades agrícolas voltadas principalmente ao cultivo de soja e milho em sistema de rotação de culturas, dispondo de estrutura produtiva composta por máquinas, equipamentos, implementos agrícolas e demais instalações necessárias ao desenvolvimento das atividades rurais. A escolha da propriedade ocorreu em razão de sua representatividade regional, porte produtivo e relevância econômica para o agronegócio do Vale do Ivinhema (MS).

O estudo foi estruturado em três etapas: (i) aplicação de uma entrevista com o gerente da propriedade rural; e (ii) organização dos dados coletados; (iii) análise das informações. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevista semiestruturada aplicada com o gestor, com o objetivo de obter informações sobre a produção de soja e milho, custos de produção, receitas e demais dados necessários para a pesquisa. A entrevista ocorreu presencialmente durante o ano de 2025, em ambiente adequado na própria fazenda, com duração aproximada de uma hora, seguindo um roteiro previamente elaborado contendo questões relacionadas às atividades produtivas, investimentos, custos, receitas e práticas de gestão rural, adaptado da pesquisa de Kruger et al. (2017).

Após a realização da entrevista, os dados foram organizados e analisados tendo por base o roteiro estruturado da pesquisa de Kruger et al. (2017). Os dados são organizados e apresentados em Tabelas, contemplando: (i) levantamento patrimonial; (ii) levantamento dos custos de produção; (iii) análise dos resultados comparativos entre a produção de soja e milho (safra 2025); (iv) identificação dos fluxos de caixa e análise de tempo de retorno dos investimentos.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

A preparação de solo e o plantio da soja ocorre de setembro a dezembro e a colheita de janeiro a abril do ano seguinte, e para cultura de milho inicia-se o processo de preparação de solo e plantio de janeiro a fevereiro e a colheita ocorre de junho a setembro. Para melhor compreensão dos custos inicialmente identificou-se o patrimônio da propriedade rural, conforme apresenta a Tabela 1.

Tabela 1

Levantamento patrimonial e depreciação de bens do Ativo Imobilizado

Descrição dos Bens	Valor aquisição (R$)	Valor residual (R$)	Base p/ depreciar (R$)	Vida útil-anos	Ano aquisição	Depreciação mensal (R$)	Depreciação acumulada (R$)	Valor Contábil Líquido (R$)
Trator MF71	314.201,12	(60.000,00)	254.201,12	20	2013	1.059,17	165.230,52	148.970,60
Trator JD	507.347,37	(90.000,00)	417.347,37	20	2016	1.738,95	208.674,00	298.673,37
Colheitadeira	2.250.570,51	(220.000,00)	2.030.570,51	12	2021	14.101,18	846.070,80	1.404.499,71
Pulverizador	4.658.772,30	(350.000,00)	4.308.772,30	15	2022	23.937,62	1.149.005,76	3.509.766,54
Plantadeira	238.031,15	(45.000,00)	193.031,15	15	2013	1.072,40	167.294,40	70.736,75
Pivô I	1.619.193,75	—	1.619.193,75	30	2017	4.497,76	485.758,08	1.133.435,67
Pivô II	680.061,37	—	680.061,37	30	2018	1.889,06	181.349,76	498.711,61
Pivô III	928.337,75	—	928.337,75	30	2018	2.578,72	247.557,12	680.780,63
Pivô IV	6.211.698,42	—	6.211.698,42	30	2022	17.254,72	828.226,08	5.383.472,34
Veículo F350	112.000,00	(52.515,00)	59.485,00	15	2017	330,47	35.690,76	76.309,24
Instalações	100.000,00	—	100.000,00	20	2022	416,67	20.000,16	79.999,84
Total	**17.620.213,74**	**(817.515,00)**	**16.802.698,74**	—	—	**68.876,71**	**4.334.857,44**	**13.285.356,30**

Nota: O cálculo utiliza o método de quotas constantes (linear), considerando a data de corte em 31/12/2025.
Fonte: Dados da pesquisa.

O mapeamento dos ativos imobilizados revelou um investimento bruto total de R$ 17.620.214,74, evidenciando uma estrutura de capital intensiva. Como observado na Tabela 1, os sistemas de irrigação (Pivôs I, II, III e IV) representam a maior parcela desse montante, totalizando mais de R$ 9,4 milhões. Embora possuam vida útil estendida de 30 anos, sua elevada depreciação absoluta exige que a produtividade por hectare compense o custo fixo de manutenção e desvalorização. A adoção de valores residuais, que totalizam R$ 817.515,00, alinha-se às normas internacionais e à NBR 14653-3. Essa estratégia, aplicada a bens como colheitadeiras e o automóvel F350, evita a subestimação do patrimônio e o inflacionamento artificial dos custos de produção (Marion, 2020), reconhecendo que tais ativos mantêm valor de mercado mesmo após o período de exaustão contábil.

A projeção para o fechamento de 2025 indica uma depreciação acumulada de R$ 4.334.857,44, refletindo o desgaste físico e a obsolescência tecnológica desde 2013. Com uma depreciação mensal consolidada de R$ 68.876,71, o valor representa o custo de recuperação do capital investido. Ignorar esse componente no cálculo da margem líquida pode levar à descapitalização e a uma falsa percepção de lucro, uma vez que o produtor estaria, na prática, consumindo seu patrimônio.

Ao final do exercício de 2025, o Valor Contábil Líquido projetado é de R$ 13.285.357,30, resultando em um índice de imobilizado líquido de aproximadamente 75,4%. De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 27, 2009), o imobilizado compreende itens tangíveis mantidos para uso na produção, fornecimento de bens ou fins administrativos, com utilização esperada por mais de um período. Nesse contexto, a depreciação não deve ser vista como um processo de avaliação, mas sim de alocação sistemática de custos ao longo da vida útil estimada do ativo (Marion, 2020; CPC 27, 2009). Para o presente estudo, adotou-se o método das quotas constantes (linear), seguindo a recomendação de previsibilidade do desgaste de máquinas agrícolas. A análise utilizou como data-base o encerramento do exercício em 31 de dezembro de 2025, permitindo a correta apropriação dos custos operacionais da propriedade (CPC 27, 2009).

Para mensuração dos valores destacados na Tabela 1, aplicou-se os juros do financiamento de cada equipamento informado pelo proprietário, utilizando-se a fórmula de juros compostos para cada item M = C (1 + i).t, sendo assim os valores estão mencionados em valor do bem + juros do financiamento. Para cálculo da depreciação utilizou-se o método de depreciação linear onde considera-se a perda do valor de um determinado bem de maneira uniforme, ou seja, ao longo do tempo. Conforme o CPC 27 – Ativo Imobilizado (CPC 27, 2009), a depreciação do período deve ser normalmente reconhecida no resultado. No entanto, por vezes os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo são absorvidos para a produção de outros ativos. Nesses casos, a depreciação faz parte do custo de outro ativo, devendo ser incluída no seu valor contábil.

Posteriormente, foram identificadas as receitas, os custos e os resultados das culturas de milho e soja referentes à colheita de 2025. A Tabela 2 apresenta a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) das culturas analisadas.

Com base nos dados apresentados na Tabela 2, observa-se uma diferença expressiva entre os desempenhos econômicos das culturas de milho e soja. No que se refere à Receita Operacional Líquida, a cultura do milho apresentou o montante de R$ 1.690.731,50, enquanto a soja atingiu R$ 3.202.271,33, evidenciando maior capacidade de geração de receita por parte da soja. Contudo, a principal diferença

entre as culturas está na estrutura de custos, especialmente no Custo do Produto Vendido (CPV).

Tabela 2
Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) das culturas de milho e soja

Itens	**Valor Milho (R$) ***	**%**	**Valor Soja (R$) ***	**%**
(+) Receita Bruta com Vendas	1.716.478,68	–	3.251.036,88	–
(-) Funrural (INSS)	(20.597,74)	1,20	(39.012,44)	1,20
(-) Deduções (Senar)	(3.382,22)	0,20	(6.405,98)	0,20
(-) Deduções (RAT)	(1.716,48)	0,10	(3.251,04)	0,10
(=) Receita Operacional Líquida (ROL)	1.690.731,50	100,00%	3.202.271,33	100,00%
(-) Custos do Produto Vendido (CPV)	(1.717.266,26)	101,57%	(1.633.415,30)	51,01%
Sementes	(261.000,00)	15,43%	(203.580,00)	6,36%
Adubos e Fertilizantes	(398.808,00)	23,58%	(398.808,00)	12,46%
Defensivos (Herb/Inset/Fung)	(313.548,00)	18,54%	(315.899,04)	9,87%
Combustíveis (Total)	(58.290,00)	3,45%	(59.508,00)	1,86%
Depreciações (Maquinário/Pivôs)	(403.238,26)	23,85%	(403.238,26)	12,59%
Manutenções Gerais	(47.000,00)	2,78%	(47.000,00)	1,47%
Mão de Obra e Encargos	(45.360,00)	2,68%	(45.360,00)	1,42%
Energia Elétrica	(180.000,00)	10,64%	(150.000,00)	4,68%
Outras Instalações/Automóvel	(10.022,00)	0,59%	(10.022,00)	0,31%
(=) Lucro Bruto	(26.534,76)	-1,57%	1.563.170,72	48,99%
(-) Despesas Operacionais (Frete/ADM)	(79.428,00)	4,70%	(57.703,20)	1,80%
(=) Resultado do Exercício (Líquido)	**(105.962,76)**	**-6,27%**	**1.505.467,52**	**47,19%**
Quantidade de Sacas	37.584	**---**	26.691	**---**
Receita por Saca	45,00	**100%**	120,00	**100%**
Custo Total por Saca	47,69	101,57%	61,20	51,01%
Resultado por Saca	(2,69)	-5,98%	58,80	49,00%

*Período Cultivo do Milho: Plantação 02/2025 e a Colheita 07/2025
**Período Cultivo da Soja: Plantação 10/2024 e a Colheita 02/2025
Fonte: Dados da pesquisa.

A análise do Demonstrativo do Resultado do Exercício revela uma disparidade significativa na eficiência produtiva entre as culturas. Enquanto a soja apresenta CPV de R$ 1.633.415,30, equivalente a 51,01% da Receita Operacional Líquida, o milho demonstra saturação de custos, com CPV de R$ 1.717.266,26, correspondente a 101,57% da ROL, o que resultou em lucro bruto negativo de R$ 26.534,76, equivalente a - 1,57%. Os dados demonstram que custos fixos, como a depreciação de maquinário (R$ 403.238,26), exercem uma pressão desproporcional sobre o milho, representando 23,89% de sua receita, contra apenas 12,61% na soja.

No tocante à depreciação, é importante esclarecer a composição do valor apropriado na DRE. A depreciação mensal total do imobilizado foi apurada em R$ 68.876,72. Em termos anuais, esse valor corresponde a R$ 826.520,64 e,

considerando-se um período de seis meses, totaliza R$ 413.260,32. Assim, o montante de R$ 403.238,26 não representa, isoladamente, toda a depreciação do período. Esse valor refere-se apenas à rubrica “Depreciações (Maquinário/Pivôs),” enquanto a diferença foi apropriada separadamente na conta “Outras Instalações/Automóvel,” no valor de R$ 10.022,00. Desse modo, a soma de ambas as rubricas alcança R$ 413.260,26.

Ao analisar a composição dos custos, verifica-se que o milho apresenta maior peso relativo em itens como energia elétrica (10,64%) e depreciações (23,85%), além de custos significativos com fertilizantes (23,58%), sementes (15,43%) e defensivos (18,54%). Esses dados indicam uma estrutura de custos mais onerosa e menos eficiente, especialmente considerando que tais custos não foram compensados por uma receita proporcionalmente maior.

Por outro lado, a soja apresenta uma distribuição mais equilibrada dos custos, com destaque para fertilizantes (12,46%), defensivos (9,87%), sementes (6,36%) e depreciação (12,59%), todos com menor representatividade percentual em relação à receita. Essa maior eficiência está alinhada ao uso mais estratégico de insumos e à maior produtividade da cultura, conforme apontado por Santos et al. (2025), que destacam a soja como uma das culturas com melhor desempenho econômico no agronegócio brasileiro.

A análise por saca indica que o milho apresentou receita por saca de R$ 45,00, custo total por saca de R$ 47,69 e resultado negativo de R$ 2,69 por saca, ao passo que a soja registrou receita por saca de R$ 120,00, custo total por saca de R$ 61,20 e resultado positivo de R$ 58,80 por saca. O resultado líquido evidencia uma disparidade financeira entre as culturas: a soja obteve uma margem líquida de 47,19%, enquanto o milho encerrou o exercício com prejuízo operacional de 6,27%. Essa vulnerabilidade do milho corrobora os resultados de Santos et al. (2024), de que no milho safrinha enfrenta riscos crescentes devido ao aumento dos custos de energia (10,64% da receita líquida no presente estudo) e sementes de alta tecnologia (15,43%), exigindo produtividade excepcional para garantir a lucratividade.

Os resultados do Plantio da Soja têm um desempenho financeiro e econômico superior ao da Cultura do Milho apesar da produção de Milho ser maior que a Soja em 29%, a cultura teve um resultado superavitário de R$ 1.505.467,52 cobrindo com sobra o déficit da cultura do milho mesmo após a mensuração e alocação das depreciações do período, vale destacar que os benefícios recém descobertos provocam aumento da procura da *commoditie* a nível internacional valorizando o produto e impulsionando as vendas do produto. Mesmo apresentando maior volume físico produzido, o milho não alcançou rentabilidade devido à menor valorização de mercado e ao elevado custo operacional por unidade produzida.

A Tabela 3 apresenta a análise de viabilidade econômico-financeira das culturas de milho e soja. Com base nos dados de 2025 a análise de fluxo de caixa demonstrou que o *payback* descontado da soja ocorre em 8 anos e do milho é superior a 30 anos, de forma conjunta o *payback* descontado é de 17,48 anos. Destaca-se que rentabilidade das atividades agrícolas está diretamente condicionada à eficiência produtiva e ao controle dos custos operacionais, sendo que estruturas de custo elevadas comprometem a geração de valor econômico, conforme destacam Silva et al. (2024).

A análise conjunta do sistema soja-milho revela que, embora haja geração de caixa positiva, esta não é suficiente para compensar o investimento total no curto prazo, resultando em inviabilidade econômico-financeira no horizonte analisado. Esse comportamento reforça a interpretação do sistema produtivo como um *portfólio* de

investimentos, no qual diferentes atividades apresentam distintos perfis de risco e retorno. Conforme Pedroso et al. (2023), a diversificação produtiva deve ser analisada não apenas sob a ótica agronômica, mas também financeira, considerando a contribuição efetiva de cada cultura para a geração de valor.

Tabela 3

Viabilidade econômico-financeira da cultura milho e soja

Cultura Soja				
Ano	**Valor Futuro (VF)**	**SALDO VF**	**Valor Presente (VP)**	**SALDO VP**
0	**(9.691.117,56)**	**(9.691.117,56)**	**(9.691.117,56)**	**(9.691.117,56)**
1	1.960.053,81	(7.731.063,75)	1.781.867,10	(7.909.250,46)
2	1.960.053,81	(5.771.009,94)	1.619.879,18	(6.289.371,28)
3	1.960.053,81	(3.810.956,13)	1.472.617,44	(4.816.753,84)
4	1.960.053,81	(1.850.902,32)	1.338.743,13	(3.478.010,71)
5	1.960.053,81	109.151,49	1.217.039,21	(2.260.971,50)
6	1.960.053,81	2.069.205,30	1.106.399,28	(1.154.572,23)
7	1.960.053,81	4.029.259,11	1.005.817,52	(148.754,71)
8	1.960.053,81	5.989.312,92	914.379,57	765.624,86
Payback simples: 5,06 anos		*Payback descontado: 8,76*	TIR: ≈ 3,8% a 4,5% a.a	VPL: R$ 765.624,86
Cultura Milho				
Ano	**Valor Futuro (VF)**	**SALDO VF**	**Valor Presente (VP)**	**SALDO VP**
0	(7.929.096,18)	(7.929.096,18)	(7.929.096,18)	(7.929.096,18)
1	265.971,47	(7.663.124,71)	241.792,25	(7.687.303,93)
2	265.971,47	(7.397.153,24)	219.811,14	(7.467.492,79)
3	265.971,47	(7.131.181,77)	199.828,31	(7.267.664,48)
4	265.971,47	(6.865.210,30)	181.662,10	(7.086.002,38)
…	-----	----	----.	-----
29	265.971,47	(215.923,55)	16.767,97	(5.437.031,01)
30	265.971,47	**50.047,92**	15.243,61	(5.421.787,40)
Payback simples: 30,19		*Payback descontado: ≤35*	TIR: ~ 1,8% a 2,3% a.a.	VPL: (5.421.787,40)
Cultura Soja e Milho – produção conjunta				
Ano	**Valor Futuro (VF)**	**SALDO VF**	**Valor Presente (VP)**	**SALDO VP**
0	(17.620.213,74)	(17.620.213,74)	(17.620.213,74)	(17.620.213,74)
1	2.226.025,28	(15.394.188,46)	2.023.659,35	(15.596.554,39)
2	2.226.025,28	(13.168.163,18)	1.839.690,32	(13.756.864,07)
3	2.226.025,28	(10.942.137,90)	1.672.445,75	(12.084.418,32)
4	2.226.025,28	(8.716.112,62)	1.520.405,23	(10.564.013,09)
5	2.226.025,28	(6.490.087,34)	1.382.186,57	(9.181.826,52)
6	2.226.025,28	(4.264.062,06)	1.256.533,25	(7.925.293,27)
7	2.226.025,28	(2.038.036,78)	1.142.302,95	(6.782.990,32)
8	2.226.025,28	187.988,50	1.038.457,23	(5.744.533,09)
…	…	…	…	…
17	2.226.025,28	20.222.216,02	440.407,23	235.966,72
Payback simples: 8,08		*Payback descontado: 17,48*	TIR: ≈ 3,5% a 4,20% a.a.	VPL: 235.966,72

Fonte: Dados da pesquisa. (2025)

Nesse sentido, Silva et al. (2024) reforçam que a rentabilidade das atividades agrícolas está diretamente relacionada à eficiência na gestão de custos e à produtividade física. No caso do milho, os resultados indicam que os custos operacionais, especialmente com fertilizantes e energia, comprometem significativamente a margem econômica, limitando sua contribuição ao sistema. Adicionalmente, de acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (2024), culturas de segunda safra, como o milho, apresentam maior exposição a riscos climáticos e à volatilidade de preços, o que reduz a previsibilidade dos resultados e amplia o risco financeiro da atividade.

Sob a perspectiva gerencial, Brandão et al. (2025) enfatizam a importância do uso de ferramentas de análise econômico-financeira, como VPL, TIR e *payback*, que permitem avaliar não apenas a rentabilidade, mas também o risco e o prazo de recuperação do capital investido. Os autores destacam que decisões baseadas exclusivamente no lucro contábil podem levar a interpretações distorcidas, sendo essencial considerar o fluxo de caixa como variável central na análise.

Conforme aponta Assaf Neto (2021), indica que o *payback* simples desconsidera o valor do dinheiro ao longo do tempo, o que pode levar a escolhas de investimento inadequadas. De maneira complementar, Securato (2020) enfatiza que o método não incorpora os fluxos de caixa gerados após o período de recuperação, comprometendo sua confiabilidade analítica. Logo, a partir do *payback* descontado é possível verificar o tempo de retorno, considerando também o desgaste financeiro dos recursos.

Sob a ótica da avaliação de projetos, Assaf Neto (2021), argumenta que a análise econômica possibilita verificar a viabilidade e os riscos inerentes ao investimento, sendo essencial para a tomada de decisão em cenários de incerteza. Nesse sentido, a dinâmica do setor agrícola brasileiro, marcada por elevada volatilidade de preços e forte dependência de fatores climáticos, reforça a importância de análises mais consistentes, com a adoção de indicadores como o VPL e TIR.

Outro aspecto relevante evidenciado nas tabelas refere-se ao prazo de retorno do investimento. Enquanto a soja apresenta *payback* simples inferior a cinco anos, o milho apresenta prazo significativamente mais elevado, o que, segundo Assaf Neto (2021), aumenta o risco do investimento ao ampliar a exposição a incertezas econômicas e operacionais ao longo do tempo.

Dessa forma, os resultados indicam que o sistema produtivo analisado apresenta dependência estrutural da soja como principal geradora de valor, enquanto o milho desempenha papel secundário, contribuindo mais para aspectos agronômicos, como rotação de culturas e manutenção do solo, do que para a rentabilidade econômica direta. Silva et al. (2024) ressaltam que atividades com elevada estrutura de custos e menor eficiência produtiva tendem a contribuir menos para a geração de valor, reforçando seu papel estratégico, porém secundário, no sistema agrícola. Além disso, conforme Pedroso et al. (2023), a incorporação de tecnologias e práticas gerenciais mais eficientes é fundamental para melhorar os indicadores econômicos e reduzir a vulnerabilidade financeira das propriedades rurais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do problema de pesquisa proposto, que buscou compreender de que forma as ferramentas da contabilidade rural podem subsidiar o produtor rural na análise da viabilidade econômico-financeira de sua atividade produtiva, os resultados

deste estudo demonstram que a contabilidade rural constitui um importante instrumento de apoio à gestão, ao planejamento e à tomada de decisão no meio agrícola.

A utilização dessas ferramentas permite ao produtor (a) rural conhecer com maior precisão seus custos, receitas, resultados e riscos, contribuindo para uma administração mais eficiente das atividades agrícolas e para decisões mais seguras quanto à viabilidade econômica da produção. Verificou-se que a cultura da soja apresentou desempenho econômico e financeiro superior ao milho na safra de 2025. Esse resultado demonstra que a rentabilidade agrícola não depende apenas do volume produzido, mas principalmente da relação entre preço de comercialização, custos operacionais e capacidade de diluição dos custos fixos. Os dados indicam que o tempo de retorno dos investimentos, mensurado pelo *payback* descontado, não ocorre no horizonte de quatro anos analisado, evidenciando a necessidade de avaliação em períodos mais longos.

A receita obtida com a cultura do milho mostrou-se significativamente inferior à da soja. Considerando que ambas são commodities agrícolas e, portanto, produtos tomadores de preço, os valores de comercialização são determinados pelo mercado, reduzindo a capacidade de influência do produtor sobre os preços praticados. Assim, embora os custos de produção tenham apresentado elevada representatividade, observa-se que o principal fator que comprometeu o desempenho econômico do milho foi a baixa receita gerada pela atividade.

Os achados mostram que o desempenho econômico da atividade rural não depende apenas do volume produzido, mas principalmente da relação entre custos, produtividade, preços de comercialização e capacidade de diluição dos custos fixos. Nesse sentido, observou-se que os fatores como insumos, mão de obra, mecanização e oscilações de mercado influenciam diretamente os resultados financeiros das propriedades rurais, o que exige controle gerencial contínuo e análise econômica consistente. Assim, destaca-se que a contabilidade rural auxilia de forma efetiva a análise da viabilidade econômico-financeira das atividades agrícolas, oferecendo suporte técnico para decisões mais seguras, racionais e alinhadas à realidade das propriedades rurais.

Diante desse contexto, recomenda-se que produtores rurais adotem estratégias voltadas à melhoria da rentabilidade dos sistemas produtivos. Entre as principais medidas, destacam-se o aumento da produtividade por meio da adoção de tecnologias de manejo, sementes melhoradas e agricultura de precisão, conforme orientações da EMBRAPA; a redução de custos operacionais, com melhor planejamento do uso de insumos; a diversificação de culturas e a integração de sistemas produtivos, visando à diluição de riscos; e a utilização de instrumentos de gestão de risco de preços, como contratos futuros e *hedge*, especialmente em mercados sujeitos à volatilidade, como no caso da soja e milho.

Além disso, recomenda-se o acompanhamento contínuo dos próximos ciclos produtivos, de modo que os custos de ambas as culturas sejam apurados de forma fidedigna, com a devida atualização dos preços dos produtos agrícolas. Esse monitoramento contribui para um melhor desempenho financeiro e fornece subsídios mais consistentes para a tomada de decisão nas safras futuras. Nesse sentido, os resultados reforçam a importância da contabilidade rural como ferramenta de gestão, permitindo ao produtor avaliar os custos por cultura, identificar gargalos produtivos e subsidiar decisões estratégicas relacionadas ao planejamento agrícola. De forma geral, as informações contábeis possibilitam identificar custos, mensurar resultados e avaliar a viabilidade econômico-financeira das culturas analisadas.

Como limitação da pesquisa, destaca-se a impossibilidade de generalização dos resultados para outros ambientes de estudo. Assim, sugere-se, para pesquisas futuras novos estudos, visando aprofundar as análises sobre a utilização da contabilidade rural na gestão e na tomada de decisão no agronegócio.

REFERÊNCIAS

Alves, A. N. S., Silva, R. C. L., Pinto, D. S. A., & Tassara, A. K. A. S. (2025). Aplicação da contabilidade gerencial na gestão de custos em pequenas propriedades rurais. *Revista DCS,* v. 22, n. 84, e3810, 2025. https://doi.org/10.54899/dcs.v22i84.3810.

Assaf Neto, A. (2021). *Finanças corporativas e valor*. 8. ed. São Paulo: Atlas.

Brandão, F. J. B., Lima Junior, C. G., Pacheco Júnior, F., Sousa, M. C., Ormond, A. T. S., & Silva, K. E. F. (2025). Análise econômica da produção de soja na safra 23/24 no sudeste mato-grossense. *Revista GeTeC – Gestão, Tecnologia e Ciências,* 14(46), 115-132.

Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. *Pronunciamento Técnico CPC 27: Ativo Imobilizado.* Brasília, 2009. Recuperado de http://www.cpc.org.br. Acesso em: 09 abr. 2026.

Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB. (2024). *Acompanhamento da Safra Brasileira de Grãos,* Safra 2023/24, Brasília, DF. Recuperado de https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/graos. Acesso em: 14 abr. 2026.

CrepaldI, S. A. (2020). *Contabilidade Rural: uma abordagem decisorial***.** 9. ed. São Paulo: Atlas.

Creswell, J. W. (2014). *Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens.* 3. ed. Porto Alegre: Penso.

Faro, C. (2017). *Análise de investimentos: teoria e prática*. Rio de Janeiro: LTC,

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (2025). *Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA).* Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Recuperado de https://www.ibge.gov.br. Acesso em: 6 mar. 2026.

Kruger, S. D., Ceccatto, L., Mazzioni, S., Di Domenico, D., & Petri, S. M. (2017). Análise comparativa da viabilidade econômica e financeira das atividades avícola e leiteira. *Revista Ambiente Contábil*, 9(1), 37-55.

Kruger, S. D., Ortolan, C., Diel, E. H., Diel, F. J., & Mazzioni, S. (2015). Análise dos resultados da atividade leiteira: custo histórico versus valor justo dos ativos biológicos. *Revista Extensão Rural,* 22(3), 68–88.

Marion, J. C. (2020). *Contabilidade Rural: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária e imposto de renda pessoa jurídica.* 15. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA. (2025). *Agropecuária brasileira: panorama e perspectivas.* Brasília: MAPA, 2025. Recuperado de https://www.gov.br/agricultura. Acesso em: 6 mar. 2026.

Pedroso, K. C., Pavão, J. A., Ribeiro, R. M., & Neumann, M. (2023). Gestão de custos em uma pequena propriedade rural familiar: análise do custeio variável e absorção na produção de milho e soja. *ABCustos,* 18(3), 1-18.

Rodniski, C. M., Andrade, A., Speorin, P., & Meurer, T. (2014). Uso das práticas de contabilidade gerencial em propriedades rurais: um estudo multicaso na região Oeste Catarinense. *Unoesc & Ciência,* 5(1), 113-121.

Romansin, A., Kruger, S. D., Zanin, A., & Santos, E. A. (2022). Viabilidade da produção leiteira: uma análise aplicada em uma propriedade rural familiar. *Revista de Gestão e Secretariado,* 13(3), 644-662.

Santos, J. P., Silva, L. M., & Costa, R. F. (2024). Gestão de Custos no Agronegócio: Desafios da Safrinha e Impactos na Rentabilidade. *Revista de Economia Agrícola (REA),* 71, e024005, 1-18.

Santos, V. C., Padilha, G. L., Oliveira, A. P. M., & Izidora, J. T. L. (2025). Contabilidade rural e gestão financeira diante de fatores externos. *Revista Foco*, 18, e10294. https://doi.org/10.54751/revistafoco.v18n10-183.

Securato, J. R. (2020). *Decisões financeiras em condições de risco.* 2. ed. São Paulo: Atlas.

Silva, K. D., Rocha, L. G., Silva, A. C., Araújo, M. S., Pereira, V. L. G., & Souza, C. J. (2024). Estudo de viabilidade econômica dos cultivos de soja e milho segunda safra. *Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo*, 9(1), 1-18.

Souza, R. T., & Lima, F. A. (2022). Políticas de crédito rural e o papel da contabilidade na comprovação de viabilidade. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, 12(1), 102-115.

Thuller, M. O. A., & Martins, G. W. (2025). Análise de viabilidade econômica da implantação de abatedouro frigorífico de pescado de escala reduzida para abate de rãs no estado do Rio de Janeiro. *Revista Econômica do Nordeste*, 56(2), 158-174.

Vignatti, A., da Costa, I. B., Santos, L. M. R., Ben, N., Souza, T. B., Giacomin, W. Z., & Zucatelli, P. J. (2024). Viabilidade econômica da implantação de painéis fotovoltaicos em propriedade rural. *Mundo Tecnológico*, 16(1), 172-197.